UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMARGEM DO BISPO, PÊRO PINHEIRO E MONTELAVAR

Aviso n.º 13925/2014

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho de assistente operacional A (manobrador de trator) B (limpeza e manutenção).

Nos termos do disposto no artigo 36.º, n.º 6 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, faz-se publico que, por deliberação do Executivo da Junta de Freguesia de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, no dia 03 de novembro de 2014, foi homologada a Lista Unitária de Ordenação Final.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados

Para a A

Ordenação	Nome	Valores
1.º	Álvaro José da Conceição Salvador.	16,30
2.º	Paulo Renato Pires Silva	14,35
3.º	Diogo Prata Valentim.	12

Para a B

Ordenação	Nome	Valores
1.º	Carlos Manuel Henriques dos Santos	14,10

28 de novembro de 2014. — O Presidente do Executivo, *Rui Maximiano*.

308279784

FREGUESIA DE MARVILA

Aviso n.º 13926/2014

Lista de candidatos admitidos e excluídos — Referências A e B

Em conformidade com o disposto nos números 1 e 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (adiante designada por Portaria) o Presidente de júri do procedimento concursal comum — para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (Referências A e B) — informa que se encontram afixadas em local visível e público na sede da Freguesia de Marvila — Avenida de João Paulo II, lote 526, 1.º, A, 1950-159 Lisboa, e disponíveis para consulta na sua página eletrónica (<http://jf-marvila.pt/>), as listas dos candidatos admitidos e excluídos, no que se refere ao procedimento concursal publicitado no Aviso n.º 12300/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 212 — 03 de novembro de 2014.

Verificou-se ainda que foram entregues candidaturas sem identificação da referência a que se candidatavam. Desta forma, foi realizada uma reunião conjunta entre o presidente e os elementos efetivos dos júris de ambas as referências e foi elaborada uma lista própria que contém os candidatos, na situação supramencionada. A referida lista encontra-se publicitada nos mesmos locais das restantes listas.

Mais informamos que, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, os candidatos podem pronunciar-se, por escrito, sobre a sua exclusão, através do formulário para o exercício do direito de participação de interessados, disponível na página eletrónica e na secretaria da Freguesia, o qual deverá ser remetido para a morada acima mencionada, por correio registado com aviso de receção ou entregue pessoalmente, na mesma morada, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 09h30 às 17h30.

2 de dezembro de 2014. — O Presidente do Júri (referências A e B), *Alberto José Venâncio Horta*.

308276268

FREGUESIA DE PORTO DE MÓS — SÃO JOÃO BAPTISTA E SÃO PEDRO

Aviso n.º 13927/2014

Procedimento concursal comum para a ocupação de dois postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

1 — Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de aprovação por deliberação da Assembleia de Freguesia, em sessão do dia 29 de setembro de 2014, mediante proposta da Freguesia de Porto de Mós, aprovada em reunião do órgão executivo do dia 16 de setembro de 2014, se encontra aberto, ao abrigo do artigo 64.º da Lei n.º 83-c/2013, de 31 de dezembro, procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para preenchimento de dois postos de trabalho, previstos e não ocupados, do mapa de pessoal da junta de freguesia para o ano de 2014:

Referência A: um posto de trabalho, na carreira e categoria de assistente operacional (motorista/operador de máquinas);

Referência B: um posto de trabalho, na carreira e categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza).

2 — Local de trabalho: toda a área geográfica da Freguesia.

3 — Caracterização dos postos de trabalho:

Referências A e B — funções constantes no anexo à LTFP referido no n.º 2 do artigo 88.º da mesma lei, às quais corresponde o grau 1 de complexidade funcional na carreira e categoria de assistente operacional, competindo-lhe assegurar todas as funções inerentes ao posto de trabalho referente a motorista/operador de máquinas e cantoneiro de limpeza. Referência A — nomeadamente conduzir e manobrar trator com ou sem atrelado e ou máquinas agrícolas motorizadas, operando normalmente na área geográfica da Freguesia; ser responsável pela verificação, limpeza, afinação e lubrificação do equipamento, tendo em vista a sua conservação e manutenção; executar tarefas enquadradas no conteúdo funcional da carreira/categoria em questão. Referência B — executar tarefas de apoio a obras; proceder à limpeza e manutenção de espaços públicos; manusear equipamentos, ferramentas e utensílios manuais e elétricos, necessários à execução dos trabalhos e proceder à sua arrumação e limpeza; prestar apoio nas atividades dinamizadas pela Freguesia; executar tarefas enquadradas no conteúdo funcional da carreira/categoria em questão.

Remuneração: o posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados será objeto de negociação com a entidade empregadora pública, de acordo com as regras constantes no artigo 38.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, sendo a posição remuneratória de referência a 1.ª, nível 1, da carreira e categoria de assistente operacional, a que corresponde o valor de € 505, da tabela remuneratória única.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — Requisitos gerais: os previstos no artigo 17.º do anexo à LTFP, nomeadamente:

- Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- 18 anos de idade completos;
- Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

4.2 — Outros requisitos: os recrutamentos para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado iniciam-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014 (LTFP). Considerando os princípios da racionalização, eficiência e a economia de custos que devem presidir a atividade da Freguesia, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho, por aplicação do referido anteriormente e por deliberação da Assembleia de Freguesia, do dia 29 de setembro de 2014, o recrutamento é efetuado de entre trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público. Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem